

ATA Nº. 3

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 07-12-2021
--

---No dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves** e **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:

--- Em representação do **Partido Socialista**: -----

---- Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina de Jesus Almeida Coelho. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

--- Maria Paula Barral Carloto de Castro, Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, Patrícia Gonçalves Pimenta, Dominique Gaspar Ventura, Leonardo de Pinho Rodrigues e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

--- Em representação do **Partido Chega**: -----

--- Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro, Fernando Manuel Andrade Farinha e Carla Sofia Lopes Sarroeira-----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

--- Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

--- João Carlos Cardoso Caldeira -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: ----

--- Rui Cardoso Maurício. -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Não compareceram a esta sessão, cujas faltas justificaram, os seguintes deputados municipais: Susana Paula de Matos Vieira da Cruz (PSD), Maria do Céu dos Santos Carvalho (BE); Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo (CDU). -----

--- Tomaram posse, em substituição, os senhores deputados Patrícia Gonçalves Pimenta (PSD); João Carlos Cardoso Caldeira (CDU); -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Sr. Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Anabela Valente de Carvalho e Luís José da Silva Forinho. -----

--- Não compareceram a esta sessão, cujas faltas justificaram, os seguintes Vereadores da Câmara Municipal: Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino e Rui Pedro Dias Gonçalves. -

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos. Começou por explicar que tentou, durante a tarde, tendo em conta o crescente número de casos de covid 19 na cidade, e de acordo com proposta da líder de bancada do PSD, alterar o formato da reunião, passando a mesma a decorrer online, o que não foi possível porque não conseguiu contactar com todos os líderes de bancada e obteve uma resposta negativa do senhor deputado da CDU. -----

--- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia recordou que todo o expediente recebido tem sido, de imediato, reencaminhado para conhecimento de todos os senhores deputados municipais. De seguida, solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

--- Pediu, ainda, que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação das atas números um e dois**, relativas à sessão ordinária de 14 de outubro de 2021 e à sessão extraordinária de 29 de novembro de 2021. Colocadas as atas à aprovação, em separado, foram as mesmas aprovadas por unanimidade pelos senhores deputados presentes naquelas sessões. -----

De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções: -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS)**: Em primeiro lugar, a iluminação de Natal que considerou pouco ambiciosa, entendendo que merecíamos muito mais. Referiu-se de seguida aos vales de compras que considerou insuficientes. Chamou a atenção para algum descuido no que respeita à limpeza urbana. Reconhecendo estarmos em pandemia e em contingência, entendeu não deixarmos de promover a nossa cidade, o nosso comércio que vai perdendo peso e notoriedade, situação a inverter; para o efeito, espera que em 2021 o senhor presidente contemple isso, reunindo com os comerciantes. Haja capacidade e vontade, concluiu. De seguida, lamentou que um dos artistas mais completos da nossa cidade tenha ido lançar o seu livro a um concelho vizinho, tendo, depois, convidado para a feira do livro, escritores de outros concelhos. Passou depois a recordar que há dois anos vem chamando a atenção para os problemas da ribeira de Santa Catarina, tendo questionado se foi já revisto o percurso da ribeira, se haverá capacidade para aguentar as chuvas, afirmando não querer mais imprevistos. Destacou ainda a boa notícia relativa à Medway, acreditando estarem a ser feitos esforços para que o investimento seja feito no concelho, manifestando disponibilidade para ajudar a cidade e o presidente. A concluir, desejou que todos fizessem política bem feita, pela positiva, à séria, sem populismos baratos, sem nos vendermos por uma mão cheia de nada. -----

--- **João Caldeira (CDU)**: interveio para uma chamada de atenção às grelhas metálicas das fontes existentes no pavimento, que apresentando cedência nos apoios, já causaram alguns danos físicos nos transeuntes, nomeadamente na Rua Luís Falcão Sommer, onde algumas crianças, distraídas, se magoaram ao caírem sobre as mesmas grelas desniveladas com o restante pavimento metálico. No que se refere à transferência do posto de distribuição dos CTT do Entroncamento para o Centro de Distribuição dos Riachos, fez a seguinte declaração: esta alteração irá provocar alguma degradação do serviço, já largamente contestado, acrescendo ainda as seguintes contingências inerentes à medida: redução do número de trabalhadores da distribuição - Carteiros; maiores períodos de tempo de distribuição da correspondência; problemas associados ao conhecimento local dos locais de entrega da correspondência; degradação generalizada do serviço de distribuição; perda de relevância da estação de correios do Entroncamento; eventual redução de postos de trabalho no Concelho do Entroncamento com esta medida. Associada está ainda o fim da Prestação de Serviços com a cessação da concessão a 31/12/2021, o que permitiria ao Estado reverter a situação com a agregação de um serviço público de utilidade ao cidadão e que é rentável. Solicita-se a intervenção da Edilidade na medida das suas competências. -----

---Ricardo Antunes (PS): começou por manifestar regozijo por mais um investimento na área da ferrovia na nossa cidade, por um consórcio liderado pela Medway, reforçando o nosso estatuto de cidade ferroviária. Valorizou ainda os vales de apoio ao comércio local, trazendo pessoas para o centro da cidade, ajudando os comerciantes a ultrapassar tempos difíceis, de grande incerteza. Manifestou, de seguida, agrado pela recuperação dos vários parques infantis da cidade, colocando bons espaços para fruição das nossas crianças. Também o reconhecimento pelo arranque das obras para terminar as infraestruturas do loteamento da Fontalgarve, Quinta da Capela, entre a Cidade Nova e a Rua D. Pedro V, contribuindo para dar dignidade àquele espaço, potenciando o interesse de investidores imobiliários, tendo até em conta que nos começamos a debater com uma escassez de imóveis, designadamente para arrendamento. Destacou ainda a presença de Martinho Branco e Sónia Chainho, na Feira do Livro do Entroncamento, com prémios de poesia, e o lançamento do livro de Manuel Vicente e Gonçalo Serras, ambos residentes no Entroncamento. -----

---Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se, de imediato ao ponto seguinte. ---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não tendo havido inscrições para a Intervenção do Público, conforme estipulado no Edital de 2 de dezembro de 2021 e nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 28/20, de 28 de julho, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato aos pontos da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu este ponto, solicitando aos senhores deputados que se inscrevessem para participar. Não tendo havido qualquer inscrição, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo destacado na sua intervenção os seguintes aspetos:-----

-- a conclusão das obras de reabilitação das piscinas municipais, a conclusão da reabilitação da pista de atletismo, obras inauguradas no mesmo dia, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo;-----

----- a conclusão e inauguração do Parque Empresarial, no dia de aniversário do concelho; ---

----- a conclusão das obras de infraestruturas estruturantes ARU 1 e ARU 3, da Rua Ferreira Mesquita e da Praça das Tílias, estando já concluídas as infraestruturas do Bairro Camões, cuja recuperação está a evoluir muito favoravelmente; -----

----- a distinção de que o município do Entroncamento foi alvo quer enquanto entidade familiarmente responsável, tendo sido atribuída pelo segundo ano consecutivo a bandeira de município familiarmente responsável, distinção atribuída a 84 municípios; recordou ainda uma outra distinção recente, que muito nos honra, apenas atribuída a 13 municípios, a de municípios com boas condições de trabalho: -----

- os investimentos na área ferroviária no Entroncamento, referindo investimentos do grupo Medway, que poderão chegar aos 91 milhões de euros; informou ainda que, hoje mesmo, a seu convite, a senhora ministra da Coesão Territorial, professora Ana Abrunhosa, esteve numa apresentação nas instalações da Medway, em que foi apresentado o investimento já estruturado para o desenvolvimento de novas oficinas de manutenção ferroviária e desenvolvimento de uma unidade de produção de vagões no Entroncamento, totalizando investimentos de cerca de 61 milhões de euros, criando cerca de 186 postos de trabalho qualificados, prevendo-se cerca de 43 mil metros quadrados de área coberta, em 21 hectares, projeto que tem sido acompanhado pela Câmara e sobre o qual a senhora ministra se

manifestou agradada, sendo um projeto que poderá beneficiar de apoios no âmbito do programa «transição justa»; associado a este investimento, está a ser ponderado o projeto de criação de uma academia de formação do grupo Medway, no Entroncamento; -----
- a Câmara Municipal continua a cumprir com todo o rigor as suas responsabilidades, com níveis elevados de execução, com níveis de apoio social muito elevados, muito atentos a todos os que carecem de apoio, e a pôr em prática uma política cultural, tendo em conta as limitações decorrentes da pandemia. Terminou a sua intervenção, sublinhando a importância dos comportamentos de prevenção, tendo em conta que, de momento, o Entroncamento e o Médio Tejo, estão entre os municípios com maior índice de transmissão e infeção do covid19, não tendo havido, felizmente, casos de elevada gravidade, decorrente da elevada percentagem de população vacinada; neste contexto, todas as iniciativas previstas vêm sendo avaliadas diariamente, podendo ser suspensas se tal se justificar pela pressão da pandemia, privilegiando-se o bem supremo da saúde pública.-----

PONTO NÚMERO DOIS:

TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando deste modo a proposta a apreciação e votação: na sua reunião de 16 de novembro de 2021, o executivo municipal deliberou, por unanimidade, manter as taxas e isenções atualmente em vigor, designadamente: manter em 0,35 % a Taxa de IMI, para o ano de 2022, para Prédios Urbanos Avaliados nos Termos do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre imóveis e manter a redução da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes no valor de **70,00€** para situações com 3 ou mais dependentes). -----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **João Caldeira (CDU)**: O IMI é um imposto Municipal sobre imóveis, como tal, só os proprietários podem ser usufrutuários desta medida populista de impacto irrelevante nas contas da Edilidade, pelo que não somos prosélitos desta medida, uma vez que não contempla a grande fatia das famílias entroncamentenses consideradas de famílias numerosas, uma vez que estas, não sendo proprietárias e em situação de habitação arrendada, não poderão usufruir da medida sugerida. Uma verdadeira política de apoio e incentivo à habitação, passará por outro plano de intervenção que não por via do IMI e que deverá ser colocado em ponto de agenda próprio para a sua devida discussão e apresentação de moções e propostas de intervenção social. Por exemplo: com aumento dos salários, apoios a arrendamento urbano, creches gratuitas e condições de saúde locais que garantam um bem-estar social e económico às famílias. A votação da CDU é assim contra a proposta de apoio às famílias numerosas no que ao IMI diz respeito, no teor do texto apresentado. -----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: O CDS-PP entende que se poderia ir mais longe, abrangendo as famílias com dois filhos. Com efeito, a nossa cidade tem condições para ser uma referência no médio tejo e no país, para atrair jovens de classe média e média alta, uma vez que estamos mais perto de Lisboa do que nunca. Concluiu, informando que, embora votando a favor da presente proposta, deixava ao senhor Presidente o repto, como havia já proposto na apresentação do orçamento, para que se avance neste mandato alargando o benefício para o segundo filho, indo ao segundo escalão. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- O ponto número dois foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do CHEGA, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da CDU e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2022, PARA APROVAÇÃO ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando deste modo a proposta a apreciação e votação: na sessão de 2 de novembro, a Câmara aprovou por unanimidade a taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TDMT) de 0,25% para o ano de 2022 (sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público/clientes finais do município).-----
---Não tendo havido qualquer pedido de intervenção sobre o ponto, foi o mesmo posto a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

---A proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2022, para aprovação ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que, na sua reunião de 16 de novembro de 2021, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aplicar a participação de 5% no IRS a liquidar no ano de 2022, com referência aos rendimentos dos munícipes do ano de 2021. Colocada a proposta a discussão, interveio:-----

---**Pedro Gonçalves (CDS-PP):** recordou que o CDS-PP, em sede de negociação prévia do orçamento, apresentou ao senhor Presidente uma proposta que espera vir a ser contemplada em orçamentos vindouros, proposta que previa a devolução desta taxa através de vales de comércio local para jovens com menos de 35 anos, com o mesmo objetivo do já referido no ponto dois: atrair jovens que se fixem cá com as suas famílias, para nos distinguirmos das cidades à nossa volta e à volta de Lisboa. Concluiu, afirmando votar favoravelmente, mas esperar que a proposta não tenha caído em saco roto e venha a ser ponderada em próximos orçamentos. -----

---Não havendo mais inscrições para intervir, foi o ponto colocado a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

---A proposta foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO-----

LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2022 RELATIVA AO PERÍODO DE 2021, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto recordando que, na sua reunião de 16 de novembro de 2021, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar em 1,5% a taxa de Derrama a cobrar em 2022 relativa ao período de 2021. Colocada a proposta a discussão, interveio o senhor deputado da CDU:

--- **João Caldeira (CDU):** A proposta apresentada pelo executivo não prevê um regime de exceção para o universo empresarial do Município, pois esta não contempla um apoio às muito pequenas, pequenas e médias empresas instaladas. Esta medida poderia ser melhorada com a isenção em 50% do valor de derrama a pagar, num volume de negócios que ascendesse a 150.000€ anuais, representado assim uma pequena ajuda a cada uma das entidades que, com grande dificuldade, tem conseguido lutar contra as adversidades do atual

cenário Pandémico. Face ao exposto, a CDU é contra, face à falta de incentivo possível de apresentar para os empresários de pequena e média dimensão sediados no concelho do Entroncamento. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO: -----

---A proposta foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, abstenção do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS-----

ORÇAMENTO 2021 E GOP 2022/2026 – MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA 2022, para aprovação ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo a proposta fora aprovada, por maioria, na reunião do executivo de 29 de novembro: Orçamento para o ano de 2022 e as Grandes Opções do Plano para o período 2022-2026”, bem como o “Regulamento do Orçamento”, “Mapa de Pessoal” e “Opção Gestionária”. -----

Colocada a proposta a debate, intervieram: -----

---Pedro Gonçalves (CDS-PP): depois de ter lido este documento, de difícil análise, aproveito para dizer algumas coisas ao senhor Presidente. Começou por se referir aos desfibrilhadores, recordando a ata da assembleia municipal de 28 de fevereiro de 2018, onde foi aprovada por unanimidade uma proposta que acautelava que era necessário um programa razoável e certo de implantação, com coordenação técnica e com formação para pessoas poderem usar os desfibrilhadores automáticos externos de emergência. Durante três anos, o senhor Presidente não se lembrou desta recomendação; na negociação do orçamento com o CDS-PP, anuiu a esta pretensão responsável, e a nossa indignação foi que, nos dias seguintes, o senhor Presidente disse que sim a uma força política, uma proposta que nada contempla do que é a utilização de um desfibrilhador automático, razoavelmente bem usado, o qual, se for mal-usado, é uma arma que mata. Ficamos sem saber o que fazer, pois não é isto que um partido responsável como o CDS-PP espera de um município. Em segundo, lugar, questionou pela videovigilância, que se encontra dentro de uma rubrica de «outros», afirmando que assim não se vê clareza no orçamento, o qual deve ter claro onde se vai aplicar o dinheiro, questionando por que motivo não se terá escrito taxativamente «estudo da implantação de uma rede de videovigilância». Conclui, declarando que «o nosso voto está nas suas mãos», está nas suas mãos esclarecer aquilo que há três anos não aplicou uma proposta razoável, concreta, que dava uma viabilidade aos desfibrilhadores externos automáticos, constituindo um benefício para a nossa população, lamentando ter ouvido recentemente numa sessão da Câmara Municipal, um elogio da proposta como novidade quando, na semana anterior, tinha negociado com o CDS-PP e dito que sim. Reafirmou que o seu partido é um partido responsável e não admite que se brinque com as medidas da política. E concluiu, dizendo que esperava mais responsabilidade e que o seu voto estava nas mãos do senhor Presidente. -----

---Ricardo Antunes (PS): começou por reconhecer e valorizar a qualidade técnica do trabalho de elaboração e apresentação do orçamento que contribuiu mesmo para facilitar a análise dos documentos. As grandes opções do plano e o orçamento municipal são, indiscutivelmente, os principais documentos da vida do município, onde estão vertidos de forma articulada e clara, a estratégia, os objetivos, as prioridades e as ações que preconizamos para 2022. Trata-se de um documento bem explícito que revela bons níveis de investimento, sem empolamentos, num total de 22 milhões e 767 mil euros, orçamento que, em cerca de 1,8 milhões de receita corrente são para financiar despesa de investimento.

Mesmo considerando a amortização média dos empréstimos contratados, cerca de 1,45 milhões de euros, o saldo equilíbrio anual é positivo e sustentado. O investimento, aproveitando financiamento comunitário é, mais uma vez, relevante. E, centrando-se naquilo que são as atividades mais relevantes, destacou: a aquisição de autocarros elétricos tem grande monta, mas é muito relevante para tentarmos garantir a sustentabilidade do transporte público no Entroncamento; já muitas medidas foram tomadas nos últimos anos, nomeadamente no âmbito do PART, que permitem a jovens até aos 30 anos e portadores de deficiência, circularem gratuitamente nestes transportes. Outro grande investimento tem a ver com o Jardim de Infância Sophia de Melo Breyner. Também destacada a contínua aposta na valorização do património ferroviário, nomeadamente no que concerne ao Bairro do Boneco e à envolvente ao nosso grande património, o Museu Nacional Ferroviário, zona que, além da melhoria da qualidade urbana, contribuirá para consolidar a nossa cidade como cidade ferroviária. Quis ainda destacar dois grandes investimentos, já em fase de conclusão, designadamente a melhoria do desempenho energético do município, numa fase em que todos seremos confrontados com o aumento que se perspectiva para a eletricidade (cerca de 57%); neste contexto expectável, o investimento feito vem permitir manter a iluminação pública sem um acréscimo de encargos, cuja fatura é reduzida em cerca de 70%. Isto exemplifica aquilo que é uma orientação estratégica para o investimento. E o mesmo relativamente às piscinas municipais, grande consumidor de energia, agora com muito melhores condições para quem as frequenta. Mas, ainda neste âmbito da eficiência hídrica, uma pequena/grande obra que causa transtornos que vai permitir ao Entroncamento reduzir substancialmente as perdas de água. Com efeito, face à escassez de receita e ao espartilho colocado às contas municipais, só teremos que pugnar para que, em primeira instância, em todas as dimensões se pugne por uma boa gestão. Também a questão da mobilidade urbana, a conclusão do loteamento da Fonte Algarve que também trará melhoria ao espaço urbano, a promoção da acessibilidade inclusiva, com o rebaixamento de passadeiras e a colocação de pisos táteis. Destacou ainda pequenas intervenções, todas elas muito relevantes: o arranjo urbanístico do Jardim Afonso Serrão Lopes, a requalificação do troço não qualificado da Estrada Nacional 3. Assim, com as premissas apresentadas, verificamos o cumprimento absoluto da regra do equilíbrio orçamental definido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Mas esta dinâmica que permite ter bons níveis de investimento e contas certas, que alguns consideravam impossível de concretizar, afinal, como velhos do Restelo, apenas continuam a ver investimento aparecer. Naturalmente, algumas das forças políticas aqui presentes dirão ver apenas o copo meio vazio ou nem verão água alguma, mas o que é certo, é que, este é um orçamento responsável, virado para o investimento, que não contemplará aquilo que todos desejaríamos; também quis saudar o deputado Pedro Gonçalves, por ter aqui apresentado um conjunto de medidas que gostaria de ver implementadas, tendo colocado a sua execução em orçamentos futuros. A terminar a sua intervenção, apelou a que fossemos, neste fórum, mais dialogantes, mais colaborativos, cumprindo o papel fiscalizador e, sobretudo, uma missão: pugnar pelo bem dos nossos cidadãos do Entroncamento, nossos conterrâneos, o que nos impõe a todos, como representantes de cidadãos, o princípio do diálogo uma vez que todos estamos aqui, sem demagogias, com responsabilidade e sentido interesse público. Porque um orçamento não é apenas aquilo que resulta da criação de receita e da subtração de despesa, é muito mais do que isso e, no fim, as contas têm de bater certas, pelo que peço aqui o exercício de responsabilidade, pelo que o orçamento merece um voto favorável. -----
---Seguiu-se, então, uma detalhada apresentação e explicação do orçamento, pelo senhor Presidente da Câmara. Em resposta a comentário feito pelo deputado Pedro Gonçalves, esclareceu que todas as verbas estão devidamente colocadas nas respetivas rubricas.

Explicou, depois, que previamente à elaboração do orçamento, conversou com todos os partidos com assento no executivo e na assembleia municipal. Sublinhou ainda que o orçamento resulta, quer das opções programáticas apresentadas ao eleitorado pelo PS, mas se procurou também incluir muitas, ou as principais, das opções do PSD, o partido imediatamente mais votado. Procurou também incluir propostas concretas, quer do CDS, quer do CHEGA, recordando que nem a CDU nem o BE apresentaram qualquer sugestão. Após uma primeira fase negocial ainda em outubro foi apresentado um esboço do orçamento, e numa segunda fase, já com o documento mais final, tinham validado com os partidos PSD e CHEGA, antes de enviar a proposta à Câmara Municipal, para avaliação e votação. Em resumo, o orçamento tem um valor estimado de 22,7 milhões, com um claro superavit ao nível da atividade corrente, a receita corrente é superior à despesa corrente, são 14,3 milhões, o que vai permitir financiar o investimento e o serviço da dívida que é pesado, com este diferencial da atividade corrente. Em termos de grandes rubricas, e ao contrário do que tinha afirmado há pouco o senhor deputado da CDU, a receita dos impostos diretos é essencialmente de dois impostos, o IMI e o IUC, sendo o IMI uma das maiores fontes de receita das câmaras municipais, sem a qual todas as câmaras teriam muitos problemas. Assim, para além destas, outras rubricas significativas são as transferências do Estado (5 milhões e duzentos mil euros por ano) e também a venda de bens e serviços correntes (água, saneamento, resíduos, etc.). Em relação aos custos, as despesas com pessoal representam cerca de 45%-46% das despesas correntes (12,5 milhões de euros). Passou depois a referir as despesas e receitas de capital, prevendo-se na despesa, como investimento, cerca de 8,590 milhões de euros, e no serviço da dívida herdada (850 mil euros) e do reembolso do empréstimo de curto prazo (600 mil euros) contraído que atingirão no próximo ano 1,450 milhões de euros. Referiu também que “O orçamento centra-se nas prioridades que considerámos importantes com vista a uma cidade moderna e do conhecimento, inclusiva e solidária, educadora, da cultura e inovadora, sustentável e inteligente, reconhecendo ainda a importância do associativismo, desporto e vida saudável”. Passou então a mencionar e destacar alguns dos principais projetos: 1 - Reabilitação e requalificação do Bairro do Boneco, a incluir o centro de documentação nacional ferroviário e o centro de ciência viva na área da mobilidade ferroviária, a aguardar financiamento e a concretizar em 2022e 2023. 2- A construção de uma nova centralidade, em torno de uma praça pública, nas áreas adjacentes ao Museu Nacional Ferroviário, e a construção da nova biblioteca municipal, prevendo-se uma nova interface de acesso à estação, constituindo um investimento de cerca de 4 milhões de euros, a iniciar em 2022 e a concluir em 2024. 3 – As novas instalações da PSP, investimento de 1,596 mil euros, repartido orçamentalmente em 2022 e 2023, aguardando-se a conclusão do parecer final dos projetos por parte da Secretaria de Estado da Administração Interna para depois poder avançar com o lançamento da empreitada. 4- A manutenção dos investimentos na área do sucesso escolar e redução do abandono escolar, investimento no âmbito do PEDIME, no valor de 136 mil euros no ano de 2022. 5- A demolição e requalificação do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner, cerca de 2,160 milhões de euros, repartido pelos anos de 2022 e 2023, prevendo-se neste momento o financiamento por fundos comunitários. 6 – Programa «Estudar na cidade», orçado em cerca de 75 mil euros para o próximo ano, para apoio às famílias em aquisição de manuais e material escolar, independentemente da sua condição socioeconómica, ideia inicialmente partilhada pelo CDS. 7 – No âmbito da criação de uma cidade sustentável e inteligente, prevê-se a substituição da frota dos TURE por cinco autocarros elétricos, investimento pesado de 2 milhões e oitenta e nove mil euros, repartido em 2022 e 2023, a concretizar apenas se houver investimento comunitário, tendo já sido apresentada a candidatura, aguardando-se um feedback positivo até ao final de janeiro. 8- Neste âmbito da

sustentabilidade ambiental, está consignada a obra de substituição integral de toda a iluminação pública por iluminação LED, a concluir nos primeiros meses de 2022 (verba orçamentada de 458,640 euros); ainda neste âmbito, a substituição restante dos edifícios municipais e semáforos. 9 - A conclusão do projeto de eficiência hídrica, designado por «*stop perdas*», (investimento de 1 milhão, trezentos e vinte e cinco mil euros), a concluir no ano de 2022. 10 - Na área do desenvolvimento económico, emprego e inovação, foi já lançada a empreitada da ligação das zonas industriais e de logística do Entroncamento e dos Riachos à A23, da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal (IP) em 85% e dos municípios em 15% (previstos 90 mil euros no nosso orçamento). 11 – Requalificação dos troços na Estrada Nacional 3 ainda não requalificados, recentemente transferidos para a tutela da Câmara Municipal, e também a ligação do viaduto sobre a linha do Norte ao concelho da Barquinha, a supressão da passagem de nível da linha do Leste/Beira Baixa, existindo já um acordo verbal entre as câmaras da Barquinha e Entroncamento e a IP, situação ainda a clarificar. 12 – Na área do associativismo, continuam a apoiar as associações e realizar as provas desportivas de referência, assim a pandemia o permita, generalizar e otimizar o portal do movimento associativo, apoiar financeiramente as associações tendo por base o respetivo regulamento, tendo recordado que, apesar da redução das atividades das associações neste período de pandemia, foi mantida a totalidade dos apoios previstos. 13 – Manter o estudo para a criação do Parque Aventura, uma proposta do PSD, no Parque Verde do Bonito, e o desenvolvimento de um eventual centro de BTT. Por outro lado, continua a requalificação no âmbito do ARU3, a conclusão do loteamento da Fonte Algarve, a mobilidade urbana e ciclável, prevendo-se para 2022 o lançamento do projeto das bicicletas partilhadas, a promoção da acessibilidade inclusiva, a decorrer pela cidade (a concluir nos primeiros meses de 2022). A requalificação da nova centralidade, atrás referida, está repartida em três anos, prevendo-se a conclusão em 2023-2024. Também a requalificação do antigo edifício da Escola das Tílias; a construção de novos núcleos habitacionais, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, já aprovado pela Câmara e submetido ao IHRU, aguardando-se um parecer formal final, prevendo-se um investimento de cerca de 12 milhões de euros, entre 2022 e 2025, prevendo-se financiamentos a 100%, a não perder, de forma a permitir a substituição do parque habitacional social e de rendas apoiadas. Foi também referida a finalização do Parque Empresarial, bem como um conjunto de outros investimentos, entre os quais a sinalização da reabilitação da Escola Secundária, no âmbito da conclusão do processo de transferência de competências na área da educação, a realizar em três anos, sendo o previsto para 2022 destinado ao projeto. Referiu, ainda, outros projetos previstos, realçando a colocação de desfibriladores, cumprindo-se todas as regras de segurança; também a implementação de câmaras de videovigilância, começando por uma intervenção piloto ao nível do túnel. Destacou, por último, uma significativa intervenção nas áreas sociais e económicas. -----

---**Pedro Gonçalves (CDS):**o seu orçamento contempla muito do que queremos, o que temos pedido, mas em política não vale tudo. Queríamos continuar a confiar em si como confiámos nos últimos anos; infelizmente, este ano não terá o nosso voto favorável. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS: -----

---A proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, três votos do CHEGA, dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e a abstenção dos senhores deputados do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social e da Coligação Democrática Unitária. -----

Seguiu-se a leitura da seguinte declaração de voto, da líder de bancada do PSD, a senhora deputada Paula Carloto: -----

“O orçamento das autarquias locais é um documento de natureza fundamentalmente contabilística e apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, no respetivo ano civil. Acomoda as Grandes Opções do Plano, enquanto linhas de desenvolvimento estratégico e o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica. -----

O PSD não participou neste planeamento nem na identificação da estratégia para responder às necessidades coletivas da população. -----

E, portanto, não se revê nas orientações gerais, linhas estratégicas, objetivos, programas, projetos e ações, a partir do qual foram elaboradas as Grandes Opções do Plano (GOP's) e assim definido o Orçamento. -----

Acreditamos noutras linhas de crescimento e desenvolvimento e numa diferente estratégia local e assim, defendemos opções distintas em matéria de política macroeconómica da autarquia. -----

Defendemos uma visão mais abrangente e ambiciosa para a nossa cidade começando por valorizar a nossa situação geográfica, suportada por uma rede ferroviária e rodoviária que poderia ser de excelência, se exercêssemos uma magistratura de influência focada nesse sucesso. -----

Ainda nesse sentido foram apresentadas várias propostas na Câmara, mas quase nenhuma tiveram acolhimento, entre elas: -----

- A criação de um grande espaço para os nossos agentes culturais, mobilizador da receção de artistas e da envolvimento em ações de grande projeção que chamem pessoas à cidade e que relacionem, com ambição turística, a história que temos para contar associada ao tão pouco divulgado Museu Nacional Ferroviário; -----

- A necessidade de criar Observatórios que nos permitam monitorizar, com fiabilidade, e a todo o tempo, a vida da cidade em matéria social, económica, educativa, cultural e desportiva; e -----

- A urgência em resolver questões estruturais, como seja a reformulação do projeto existente sobre os problemas causados pelas intempéries na Ribeira de St.^a Catarina. -----

Por outro lado, e numa análise mais pragmática, também não se compreende como neste orçamento se fecham os olhos a outras questões relevantes, como seja a da segurança. A insegurança no Entroncamento não é uma mera perceção da população. -----

É uma realidade, que não se resolve com a intenção, reiterada ao longo dos anos, de construir uma superesquadra e um mero estudo para implementar um sistema de videovigilância num túnel pedonal. -----

Por todas estas razões os deputados municipais eleitos pelo PSD não podem votar favoravelmente o Orçamento para 2022. -----

Reiteramos que as opções espelhadas no Orçamento não coincidem com as nossas preocupações e opções estratégicas para a cidade do Entroncamento. -----

Este não é o nosso orçamento. E não é o orçamento que o Entroncamento precisa. -----

Este é o orçamento aprovado com os votos do Partido Socialista e do Chega. São estes dois partidos que estão a governar a cidade do Entroncamento. -----

E neste sentido registre-se que os deputados municipais eleitos pelo PSD observam atentamente esta relação paritária que já viabilizou várias questões essenciais na Governação do Município, designadamente, a existência de mais um vereador socialista a tempo inteiro, todas as delegações de competência possíveis no Presidente e agora, com voto expressamente favorável, a aprovação do orçamento. -----

Aguardamos os próximos capítulos deste relacionamento que, não sendo uma **geringonça**, é sem dúvida uma **traquitana**”. -----

PONTO NÚMERO SETE-----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO 2022, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo que, em reunião do executivo de 27 de novembro de 2021, fora aprovada esta proposta por unanimidade, a qual visa uma eficiente gestão de tesouraria, permitindo ao município honrar os seus compromissos perante os fornecedores, ficando o pagamento do valor do empréstimo garantido com as verbas do IMI a receber nos meses de junho, setembro e dezembro, pelo que se propõe à Assembleia Municipal: autorizar a Câmara Municipal a fazer a consulta, a pelo menos 3 intuições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 600.000€ de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31/12/2022 e autorizar a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo. -----

---Não tendo havido pedidos de intervenção, passou-se, de imediato, à votação da proposta. -

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE-----

--- O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata, três votos a favor do CHEGA, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO-----

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO PARA O QUADRIÉNIO 2021-2025, ao abrigo do disposto na alínea a) do número um do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que o Regimento apresentado fora elaborado ou atualizado pela Comissão Permanente e tinha sido previamente dado a conhecer a todos os senhores deputados, tendo sido introduzidas pequenas alterações ao Regimento vigente no mandato anterior. Tendo dada a palavra, intervieram: -----

João Caldeira (CDU): Relativamente ao Ponto 34º, manifestámos que este deveria ser mantido tal como no regimento precedente, permitindo assim, subdividir em atos de votação os artigos apresentados; Art.º 38.º - foi feita a referência de que a documentação apresentada, apesar da qualidade que a mesma continha e já tinha sido enaltecida anteriormente, deveria ter sido distribuída em formato, preferencialmente “PDF” uma vez que 3 pontos desta estavam em itens de Outlook, impedindo a sua consulta a quem não estivesse num equipamento com esta aplicação configurada. Este facto foi esclarecido, tendo sido referido que a informação foi posteriormente endereçada já em formato solicitado, facto que referi não ter estado presente à data desta discussão, que antecedeu estes trabalhos, tendo assim o voto favorável da CDU. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO-----

--- O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos a favor do CHEGA, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguiu-se a seguinte declaração de voto da bancada do PSD, lida pelo senhor deputado Dominique Ventura: -----

“A Bancada do PSD da Assembleia Municipal, face à proposta do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento para o quadriénio de 2021-2025, posto a votação, vota favoravelmente. Contudo, o PSD não se revê no modelo de Regimento da Assembleia Municipal vigente, por defender, globalmente, uma assembleia municipal mais participada

pelos cidadãos e sempre descentralizada nas suas realizações. Sendo, no entanto, o modelo de funcionamento institucional escolhido pelos membros desta assembleia, apresentámos algumas propostas que vão no sentido de alargar a possibilidade de participação dos cidadãos e ainda habilitar com mais tempo os membros com a documentação de suporte à realização das reuniões. Assim, apresentámos propostas de alteração aos artigos 27º, 34º, 38º e 39º do Regimento. As mesmas foram aprovadas e salientamos, em especial, a alteração conseguida para dobrar o tempo de intervenção do público no período que lhe está destinado nas reuniões de Assembleia Municipal. No poder local, a participação do munícipe não se esgota no ato de votar, pois o cidadão/munícipe tem o direito, e até o dever, de participar nas reuniões de assembleia municipal em que estejam previstas as intervenções dos munícipes, momento em que deve colocar questões ao executivo municipal, sejam de interesse pessoal, sejam os que preocupam a coletividade municipal e que necessitam de solução. A Bancada do PSD congratula-se, ainda, com a aprovação da alteração do n.º 2 do art.º 39º do Regimento no sentido de os eleitos locais terem acesso a toda a documentação referente à ordem do dia, com mais tempo útil, do que estava estabelecido, sobre a data do início da reunião. É necessário valorizar e dignificar as Assembleias Municipais e os eleitos locais, pois os assuntos tratados revestem-se de grande complexidade, exigem estudo, preparação, conhecimentos técnicos, visão de interesse público e capacidade de argumentação. Para isso os deputados municipais necessitam de informação para reunirem conhecimento suficiente que lhes permita ter capacidade de ação e grau de exigência nas suas funções em defesa do superior interesse das populações. Face aos fundamentos expostos, e embora, reitere-se, haja muito caminho a percorrer, a bancada do PSD da Assembleia Municipal do Entroncamento vota a FAVOR do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento para o quadriénio de 2021- 2025”.

PONTO NÚMERO NOVE-----

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, de acordo com o art.º 6º, n.º 1º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho alterado pelo DL n.º 32/2019, de 04/03;-----

--- Tendo sido previamente dado a conhecer o Regulamento apresentado pelo executivo, o mesmo foi objeto de apreciação e debate. Intervieram:-----

---**João Caldeira (CDU)**: para chamar a atenção para a não inclusão de representante da associação de comerciante do Entroncamento.-----

---**Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: para apresentar a proposta de alteração ao Regulamento apresentado: *Nos termos do ponto 2 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual, (2 - Caso a assembleia municipal introduza alterações à proposta de regulamento, elabora nova proposta que remete ao conselho, para emissão de parecer no prazo de 30 dias), vem esta proposta introduzir a alínea q), do ponto 1, do Artigo 3º com a seguinte redação. q) - Um representante de cada partido representado na Assembleia Municipal do Entroncamento. Esta proposta tem por fundamento garantir a diversidade de opiniões a este órgão de tanta importância para a nossa cidade. Essa diversidade só pode ser garantida pela representatividade que a Assembleia Municipal traduz, nesse sentido propomos a introdução da alínea q) no ponto 1 do Artigo 3º.*-----

---**Carlos Monteiro (CHEGA)**: interveio para dizer que a proposta apresentada pelo CDS não tinha fundamento legal, visto no Regimento da Assembleia Municipal, no artigo 20.º, alínea d), prever a constituição de grupos de trabalho e de comissões, permanentes ou não, necessárias ao exercício das atribuições da Assembleia Municipal, pelo que propõe que seja constituída uma comissão de acompanhamento com um representante de cada um dos partidos.-----

---Perante a proposta apresentada, a Mesa entendeu que a mesma não era oportuna, uma vez que a proposta de criação de comissões de trabalho específicas poderá sempre ocorrer, devendo ser previamente refletida em Comissão Permanente e agendada como ponto da ordem de trabalhos em futuras assembleias. De seguida, o Presidente da Assembleia quis clarificar a proposta apresentada pelo CDS, de acrescentar uma alínea ao ponto 2 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98 (ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento em discussão), dizendo que, do seu ponto de vista, não teria suporte legal, uma vez que tal significaria uma alteração ao que está fixado na Lei 33/98; mais acrescentou que a proposta de integração de um representante de cada partido no Conselho Municipal de Educação só poderia ocorrer, de acordo com o número 2 do artigo 3.º B, por convite do próprio Conselho Municipal de Segurança. Seguiram-se as seguintes intervenções: -----

--- **Paula Carloto (PSD):** não querendo intervir como jurista, considerou que ambas as partes poderiam ter alguma razão, considerando, no entanto, como viável, a proposta apresentada pelo senhor deputado do CDS, parecendo-lhe que poderá acontecer uma alteração proposta pela Assembleia. Assim, propôs que o ponto fosse retirado, para se analisar e estudar melhor, por forma, a que a Assembleia se habilitasse com um parecer jurídico, podendo ser juristas da Câmara, averiguando a sua legalidade. Concluiu, reconhecendo o mérito da proposta, desde que suportada juridicamente. -----

--- O Presidente da Assembleia reafirmou o que dissera antes, ou seja, que, de acordo com o exposto na Lei em causa, só o plenário do Conselho Municipal de Segurança (CMS) poderá decidir integrar representantes dos partidos representados na Assembleia, como convidados, uma vez que a supracitada Lei delimita e fixa a composição deste órgão (CMS). -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** interveio para afirmar que, na sua leitura, está bem definida a composição, quem são as pessoas que fazem parte. No entanto, para que não fique qualquer mácula ao funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, deixando à consideração do Presidente a questão da votação, uma vez que o documento deu entrada, questionando se a situação poderia ser validada. -----

--- O presidente, ouvindo a Mesa, referiu que, segundo esclareceu a 1.ª Secretária, Fernanda Alves, situação semelhante ocorre com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com uma composição definida por lei mas pode decidir cooptar e integrar outros elementos. -----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para afirmar que seria muito interessante que representantes da Assembleia integrassem o Conselho Municipal de Segurança, situação que estava prevista na lei inicial que foi alterada pela lei, agora em vigor. Só a Assembleia da República ou o governo (quando autorizado) podem alterar as leis. A Assembleia poderá alterar o Regulamento, mas não poderá criar um Regulamento que não cumpra a lei, pelo que não poderemos ir contra a composição definida. Concluiu, recordando a proposta do CHEGA de criação de uma comissão de acompanhamento das questões de segurança, a qual poderia ser convidada pelo Presidente da CMS que é o próprio Presidente da Câmara, a acompanhar os trabalhos daquela CMS. Por outro lado, a retirada do ponto, implicaria um atraso no funcionamento do CMS. -----

---Pedro Gonçalves (CDS): interveio para comunicar que reformulava a sua proposta, passando a mesma a ter o seguinte texto: «Nos termos do ponto 2 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual, (2 - *Caso a assembleia municipal introduza alterações à proposta de regulamento, elabora nova proposta que remete ao conselho, para emissão de parecer no prazo de 30 dias*) vem esta proposta introduzir o ponto 2, do Artigo 3º com a seguinte redação. 2 - Integram ainda o Conselho como entidades convidadas em permanência: a) um representante da CPCJ; b) um representante de cada partido

representado na Assembleia Municipal do Entroncamento. Sendo os outros pontos seguintes reenumerados com a numeração seguinte. -----

--- Mário Balsa (PS): pretendeu clarificar a sua posição pessoal, perante dúvidas e à falta de fundamentação jurídica, existindo já concelhos a funcionar como consta da proposta apresentada, votará favoravelmente a proposta do CDS. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE-----

--- Antes de ser colocada a votação esta proposta, o Presidente da Assembleia quis recordar que, de acordo com o artigo 6.º, o CMS, na sua primeira reunião, elabora uma proposta de Regulamento, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; caso a Assembleia Municipal introduza alterações à proposta de Regulamento, elabora nova proposta que remete ao CMS que se pronuncia no prazo de 30 dias, voltando o mesmo depois a ser submetido à Assembleia Municipal. Colocada esta nova versão da proposta do CDS-PP, foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata, três votos a favor do CHEGA, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e a abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

---**João Caldeira (CDU)**: apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: a bancada do CDS apresentou uma proposta à mesa da Assembleia, desejando a alteração do Art.º 2.º deste Regulamento, solicitando a integração de um elemento de cada força política na orgânica do Conselho de Segurança. Alegou que este facto não era singular, havendo inclusive outros concelhos (nomeadamente Almada) que assim teriam deliberado. Face à dúvida jurídica inerente, a Bancada do PSD e PS foram unânimes em que estas dúvidas legais pudessem ser esclarecidas por um parecer especializado, tendo ido à votação a proposta do CDS que, levaria assim esta proposta à avaliação Jurídica e hipoteticamente será apresentada versão final na próxima sessão de AM para a votação. Face à matéria apresentada, a posição da CDU foi a Abstenção à proposta entregue à mesa. -----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram duas horas do dia 19 de dezembro de 2020. -----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: